

O que é Teologia?

MONS. URBANO ZILLES¹

Resumo

Neste artigo o autor, depois de lembrar o sentido do termo teologia na sua origem grega, expõe o conceito cristão atual de teologia, o conceito monástico e o acadêmico, suas especializações e seus métodos na modernidade e a relação entre teólogos e Magistério na Igreja católica.

Palavras-chave

Teologia. Bíblia. Revelação. Fé. Ciência.

Abstract

In this article the author, after remember the sense of the word theology in his greek origin, explains the actual christian concept, the monastic and academic concept, his specializations and methods in modern times and the relation between theologians and Magisterium in the catholic Church.

Keywords

Theology. Bible. Revelation. Faith. Science.

¹ Doutor em Teologia pela *Universitat Münster (Westfälische-Wilhelms)*, Alemanha. Professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, é também membro da Academia Brasileira de Filosofia e da Academia Brasileira de Filósofos Católicos. E-mail: zilles@puers.br

A palavra “teologia” é criação do gênio dos filósofos da antiga Grécia. Com ela designavam o discurso sobre Deus ou deuses ou, simplesmente, sobre as coisas divinas. Era usada em tríplice sentido: a) *mitológico*: discurso poético sobre o divino, na forma de sagas, sobre deuses e heróis; b) *filosófico-cosmológico*: a partir de Aristóteles é empregada como equivalente à “filosofia primeira” (metafísica); c) *cultural-público*: o discurso sobre Deus(es) no culto oficial, para expor e iniciar o povo na transmissão da religião recebida pela tradição e no que é necessário para o reto desempenho do culto público.

Aos poucos, primeiro no Oriente, o termo “teologia” foi aceito entre os cristãos e passou a ser usado para designar o discurso sobre o Deus de Jesus Cristo ou, simplesmente, a doutrina cristã. Na patrística, atribuiu-se à teologia, a função de defender e propagar a coerência e a credibilidade do Cristianismo, perante as razões religiosas e filosóficas do paganismo. Para isso, a fé cristã foi traduzida para dentro da cultura e linguagem filosóficas do helenismo. A teologia cristã desenvolveu-se pois, como exigência interna da própria fé. Para poder comunicar-se com os intelectuais, organizou-se com o esforço da inteligência especulativa, segundo a formulação condensada de Santo Anselmo de Cantuária: *fides quaerens intellectum*.

O Concílio Vaticano II não publicou nenhum documento dedicado especificamente à teologia, mas deu uma contribuição decisiva para sua renovação. Rejeitou o estilo tradicional da neoescolástica, viciado pelo espírito do triunfalismo, do clericalismo e do juridicismo, carente de uma visão propositiva e querigmático-pastoral. Propôs um novo estilo de fazer teologia. Livrou-se do método de simples conservação e transmissão de uma única teologia do Magistério e optou pelo método de uma “teologia participada”. Na *Gaudium et Spes*, os teólogos são convidados a dialogar com os homens e as mulheres da sua época e procurar “formas sempre mais condizentes de comunicar a doutrina cristã”². Em outra passagem, o mesmo documento insiste que os pastores e os teólogos têm o dever de “escutar atentamente,

² CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes* n. 62.

compreender e interpretar as várias linguagens de nosso tempo, e de saber julgar à luz da Palavra de Deus”³.

Diz a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que “os estudos e as descobertas mais recentes das ciências, da história e da filosofia despertam problemas novos, que acarretam consequências também para a vida e exigem dos teólogos novas investigações”⁴. O estudo da teologia também não deve ser “reserva de mercado” para o clero. O Concílio Vaticano II afirma que “é de desejar que muitos leigos consigam uma conveniente formação nas ciências sagradas e, não poucos entre eles, havendo oportunidade, dediquem-se *ex-professo* a esses estudos e os aprofundem”⁵.

1 O CONCEITO CRISTÃO DE TEOLOGIA

Na medida em que o Cristianismo se propagou no império greco-romano, a palavra *teologia*, inicialmente vista com reservas, passou a ser usada como discurso coerente sobre Deus e a mensagem de Cristo, como sinônimo de doutrina cristã. Os apologetas e os Padres serviram-se da filosofia grega para encontrar uma linguagem que permitisse comunicar-se com não-cristãos. No início do Cristianismo está a pregação do que se viu e ouviu sobre o acontecimento histórico Jesus Cristo. Aos poucos, esses testemunhos são fixados por escritos sucessivos. Dos muitos escritos, nas comunidades, selecionaram-se aqueles que, hoje, constituem o cânon dos livros inspirados do Novo Testamento, nascido dentro da tradição oral.

Depois de não haver mais testemunhas oculares, esses escritos passaram a ser a referência objetiva para o discurso sobre Deus e sua auto-revelação na história. Ao traduzir o Evangelho para outras culturas, que não a hebraica, surgiu a tarefa de como interpretar corretamente os textos sagrados. Desenvolveu-se, por um lado, um modelo de teologia que recorre a esses textos não para o discurso científico, mas para orientar o progresso espiritual na vida

³ CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes* n. 44.

⁴ *Ibid.*, n. 62.

⁵ *Ibid.*, n. 62. Cf. também a Declaração *Gravissimum Educationis* n. 10.

dos crentes. Na Idade Média, este modelo é chamado teologia monástica ou mística. Os monges liam e meditavam a Bíblia como guia de vida em busca da experiência de Deus. Um dos grandes expoentes da teologia monástica foi Bernardo de Claraval (1090-1153), abade cisterciense, que descobriu o *Cântico dos Cânticos* comentado por Orígenes. Ele foi um mestre espiritual. Escreveu, por volta de 1124, um tratado *Dos graus de humildade e do orgulho*, homilias *Super missus est*, 86 sermões sobre o *Cântico dos Cânticos*. Bernardo não visa à especulação, mas a união com Deus e compreende a teologia como antropologia, liturgia, ascese, etc. Segundo ele, a teologia é autêntica quando vivida. O teólogo é aquele que se deixa ensinar pelo próprio Espírito Santo no trabalho diário. É isso que distingue a teologia monástica da teologia posterior das escolas. A teologia monástica entende-se como uma teologia apoiada na experiência, uma teologia prática, englobando toda a existência.

Por outro lado, na Escolástica e, sobretudo, nas universidades medievais desenvolveu-se outro modelo de fazer teologia. Santo Anselmo formulou não só *fides quaerens intellectum*, mas também *credo ut intelligam*. Pedro Abelardo (1079-1142) elaborou o modelo da teologia “científica” da escolástica, que busca a especulação para progredir no conhecimento: “O cristão deve saber dar as razões de sua fé (esperança) a todo aquele que as solicitar”⁶. Teologia, na baixa escolástica, substituiu o que Tomás de Aquino ainda designava, mais vezes, *sacra doctrina*, *sacra eruditio*, *sacra pagina* ou *sacra scriptura*, embora ele se tenha tornado o maior expoente da escolástica medieval⁷. As faculdades de teologia e filosofia tornaram-se as faculdades matrizes da universidade medieval. A teologia constituiu-se como autocompreensão especulativa da fé, expressa numa armadura linguística e conceitual, acrescentada a um primeiro discurso intraeclesial, que segue a iniciação cristã, o da defesa e ilustração especulativa da fé, no interior da Igreja, inserindo-se na história das definições doutrinárias.

Ora, a teologia trata de nossa experiência de Deus enquanto membros de uma comunidade de fé. É o esforço de interpretar, criticamente, a

⁶ 1Pd 3,15.

⁷ Na *Suma Teológica* q.I art.2, Tomás de Aquino pergunta: A doutrina sagrada é uma ciência? Desenvolve sua doutrina nesse e nos artigos seguintes.

experiência de fé de uma comunidade, à luz do testemunho da revelação de Deus, e expressar sua compreensão refletida em linguagem. É a fé que procura compreender, como dizia Santo Anselmo. A teologia não se confunde com as ciências da religião. Essas estudam uma tradição religiosa como um fenômeno externo e objetivo, sem exigir fé, mas a teologia dá expressão à fé pessoal numa perspectiva interna, a partir de dentro de uma tradição religiosa específica. Para fazer teologia exige-se a fé como ponte para chegar a Deus. Em outras palavras, não basta o discurso sobre Deus, mas é preciso ouvir o que Ele tem para nos dizer. A fé é um pressuposto necessário da teologia, pois esta busca uma reflexão sistemática e rigorosa da Igreja sobre sua fé. Enquanto ciência, a teologia exige liberdade para pesquisar e seguir as evidências racionais, até as últimas consequências e expressá-las para a discussão com os pares, mas não substitui a fé.

Antes do Concílio Vaticano II, fazia-se teologia, partindo das definições dogmáticas do Magistério, em busca dos chamados *dicta probantia* da Escritura e da Tradição. No Vaticano II retomou-se, novamente, o caminho da teologia que parte da Sagrada Escritura, percorre etapas do desenvolvimento histórico das verdades da fé, buscando as contribuições que os Padres da Igreja, do Oriente e do Ocidente, deram para a fiel transmissão e desenvolvimento de cada verdade da Revelação e, também, para a ulterior história do dogma em sua relação com a história geral da Igreja⁸. Este método genético-progressivo acompanha a história da salvação e vivifica a tradição.

O objeto próprio da teologia cristã é a autorrevelação de Deus em Jesus Cristo, sua exposição e explicação consciente acolhida na fé, sendo, ao mesmo tempo, uma ciência – ciência da fé – e uma tarefa da Igreja.

Como tarefa da Igreja de salvaguardar a fé dos apóstolos, a ela confiada e por ela proclamada, é uma tarefa que cabe aos bispos e aos teólogos, pois a teologia está a serviço da fé cristã. Sob este aspecto, é tarefa tanto de teólogos “profissionais” quanto de bispos. Mas teólogos e bispos participam de maneiras diferentes da atividade teológica. Ambos exercem o magistério, mas

⁸ CONCÍLIO VATICANO II. *Optatam Totius* n. 16.

de diferentes maneiras. Segundo Tomás de Aquino, os teólogos exercem o magistério da cátedra de ensino (*magisterium cathedrae magistralis*) e os bispos têm o ofício ou magistério pastoral (*magisterium cathedrae pastoralis*)⁹. Por isso, tornou-se tradição que bispos e concílios submetam decisões à discussão prévia de teólogos, antes de aprová-las. Mas o Magistério não é a única fonte da verdade na Igreja. O *sensus fidelium* sempre constituirá um testemunho importante a considerar¹⁰.

2 A TEOLOGIA E SUAS ESPECIALIZAÇÕES

Nos tempos modernos, o saber teológico, como nas outras áreas do conhecimento, desenvolveu especialidades (disciplinas) próprias e métodos de acordo com cada especialidade. Essas especialidades pesquisam fontes bíblicas, fontes históricas e doutrinárias; outras sistematizam a compreensão cristã de Deus, de Cristo, da Igreja, dos sacramentos; enfim, há também aquelas que se voltam para a prática da fé cristã na comunidade, as chamadas especialidades práticas ou pastorais, visando vida e conduta cristãs como oração e culto.

2.1 TEOLOGIA BÍBLICA

Entre as ciências teológicas que estudam as fontes bíblicas destaca-se a exegese. Por exegese entende-se um conjunto de procedimentos, com o objetivo de determinar o sentido de um texto. Na teologia, é a ciência prática de leitura e interpretação da Bíblia, enquanto a hermenêutica é a ciência teórica da interpretação, formulando princípios gerais e peculiares. A exegese socorre-se de ciências auxiliares: linguística, história comparada das literaturas religiosas, arqueologia, etnologia, etc.

A teologia bíblica procura recuperar o sentido histórico do texto bíblico. Enquanto o fundamentalista identifica o sentido do texto com o sentido literal das palavras, o exegeta tenta descobrir o sentido que o autor pretendia dar. Cristo fez algumas interpretações exegéticas do Antigo Testamento, nas

⁹ TOMÁS DE AQUINO. *Quodl.* 3 q.4 a.1.

¹⁰ CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium* n. 12.

quais aplica alguns oráculos à sua pessoa e à sua missão. Para São Paulo, o fundamento e a chave da compreensão da Escritura é o mistério de Cristo e da Igreja, de onde o apóstolo parte para sua exegese. Segundo ele, o Antigo Testamento encaminha-se para o Novo Testamento¹¹, ou seja, para Cristo.

A teologia bíblica, hoje, usa o chamado método histórico-crítico para a interpretação dos textos sagrados de outrora, em busca da atualização de seu sentido histórico. A ciência bíblica histórico-crítica é a ciência que serve de fundamento científico à teologia cristã. Ela não começa com questões hermenêuticas como a relevância do texto para hoje, pois busca, em primeiro lugar, o sentido originário do texto.

A teologia sistemática também recorre à Bíblia como sua fonte primeira, mas, além disso, tem outras fontes como a Tradição, o Magistério, os Padres, a liturgia que estão subordinados à Escritura. O teólogo deve empenhar-se na pesquisa do sentido que, “em determinadas circunstâncias, o hagiógrafo, conforme a situação de seu tempo e de sua cultura, quis exprimir e exprimiu por meio de gêneros literários então em uso”¹².

Para chegar ao sentido histórico de um texto bíblico, o exegeta adota diversos métodos histórico-literários de pesquisa:

- a) *A crítica histórica* examina o contexto histórico-cultural em que foi produzido o texto, o que os especialistas chamam de *Sitz im Leben* (situação vital). Para esta tarefa, o exegeta serve-se de ciências históricas, antropologia, linguística e outras.
- b) A crítica da fonte investiga os materiais nos quais um autor se pode ter baseado. Assim, o Evangelho de Marcos, o primeiro escrito, é fonte para grande parte dos Evangelhos de Mateus e Lucas.
- c) *A crítica da redação* investiga a teologia específica e o ponto de vista de um autor, examinando como interpreta e modifica uma tradição recebida, como estrutura sua obra e qual o enfoque de seus temas específicos. Marcos e Lucas, por exemplo, usam, na pregação de Jesus,

¹¹ Rm 5,14; 1Cor 5,7 e outros.

¹² CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum* n. 12.

o termo “reino de Deus”, Mateus prefere “reino dos céus” e João usa “vida eterna”.

- e) *A crítica textual* tenta definir a versão ou o texto original de uma obra literária. O original foi escrito em grego ou em hebraico? Houve acréscimos ao texto original? A crítica textual examina a transmissão dos textos (manuscritos, antigas traduções) por erros eventualmente introduzidos no decurso do tempo.

Depois da Reforma, a exegese católica foi desafiada pelo biblicismo protestante, movido por preocupações científicas e apologéticas. No século XVII começou a crítica textual, literária e histórica. No século XIX funda-se a Escola Bíblica (1890) em Jerusalém; a Santa Sé criou a Pontifícia Comissão Bíblica (1902); a seguir o Pontifício Instituto Bíblico (1902). Finalmente, o Concílio Vaticano II publica a notável constituição dogmática *Dei Verbum* e propõe uma ampla recuperação do estudo das Escrituras. *A Optatam Totius* afirma que “o estudo da Sagrada Escritura (...) deve ser como a alma de toda a teologia”¹³. Esta frase é repetida na *Dei Verbum* n. 24.

2.2 *TEOLOGIA HISTÓRICA*

Fazemos a experiência de Deus na fé, em situações concretas, no espaço e no tempo. Deus manifestou-se no seu Filho Jesus, num determinado tempo e lugar, expressando-se na linguagem de seu povo e daquela época. A missão, confiada por Cristo à Igreja no mundo, impõe um pensamento histórico, encarnando a fé cristã na evolução histórica da humanidade. A história é o campo do agir humano. Nela, cabe ao teólogo decifrar os “sinais” de um Deus oculto. O lugar preciso do cristão é o “entretempo”.

O teólogo estuda o desenvolvimento da consciência de fé da Igreja e a tradição teológica em diferentes períodos da história. A cientificidade da pesquisa histórica depende, em parte, da capacidade do historiador desprender-se do objeto que estuda. Neste sentido, numa história do Cristianismo, da Igreja ou de outra instituição religiosa, deve seguir os métodos da história

¹³ CONCÍLIO VATICANO II. *Optatam Totius* n. 16.

geral, pois a história constrói-se pela elaboração de hipóteses, ordenação e tratamento e cruzamento de fontes. A história é um ponto de passagem obrigatório da reflexão teológica.

Quando um historiador esclarece a prática eclesial de uma época passada, pode oferecer novas perspectivas à Igreja de hoje. Como, por exemplo, era entendida e praticada a penitência sacramental em diferentes épocas do passado? Quando e em que circunstâncias foi introduzido o conceito de transubstanciação eucarística? O estudo crítico da evolução histórica da Igreja pode confirmar ou relativizar práticas hoje vigentes, abrindo novos caminhos para o futuro: Se uma prática ou uma linguagem mudou no passado, porque não poderia ou até deverá mudar hoje? Cabe ao teólogo traduzir, sem trair, a mensagem da Palavra de Deus para dentro de situações concretas, sempre novas.

2.3 TEOLOGIA SISTEMÁTICA

A teologia sistemática empenha-se por compreender e organizar as verdades básicas da fé cristã. Entre as várias especializações da teologia sistemática, costuma citar-se os tratados sobre Deus uno e trino, a Cristologia, a Eclesiologia, a Teologia dos Sacramentos, a Graça, a Antropologia Teológica, a Teologia Fundamental e outras. A teologia sistemática propõe-se expressar a fé e a doutrina da Igreja em linguagem atualizada. Por isso, em geral, examina uma questão em termos de seus fundamentos bíblicos, o desenvolvimento histórico, o ensinamento do Magistério e o *status* da questão na visão dos teólogos contemporâneos. Cabe à teologia sistemática interpretar e expressar a mensagem perene de Cristo, com vista à situação presente. Por *teologia fundamental* entende-se, por um lado, a abordagem formal e epistemológica das fontes e dos métodos teológicos e, por outro, a abordagem material e hermenêutica de questões fundamentais da fé cristã.

A partir da segunda metade do século XVII, obras de teologia doutrinária, na Igreja católica, passam a ser intituladas com o termo “dogmática”. O projeto de um pensamento dogmático queria, em primeiro lugar, fugir das “querelas de escola” para retornar ao pensamento oficial da Igreja, ou seja, queria ensinar-se uma doutrina acima das disputas. Visava-se uma ciência do dogma da Igreja,

justificada a partir da Escritura e da Tradição. Com isso, associou-se à história dos dogmas. Em segundo lugar, surgiu um clima novo com o iluminismo, que combatia as crenças tradicionais, questionando os dogmas católicos. Na teologia católica, a dogmática vinculou-se muito à defesa da hierarquia da Igreja institucional, mas isso teve como consequência que se passasse a proceder como se o Magistério fosse a única fonte da teologia, coisa que teria sido impensável na Patrística e na Idade Média¹⁴. A teologia dogmática refere-se à revelação de Deus na história da salvação, pela exposição dos temas bíblicos e de seu desenvolvimento na Tradição e clara ligação à vida dos fiéis na Igreja, pois é a ciência da fé viva e vivida da Igreja.

O teólogo, sobretudo no campo da sistemática, deve examinar suas afirmações: a) se são coerentes com a tradição bíblica, pois a Bíblia é a expressão normativa da tradição cristã. Entretanto, também deve estar aberto aos problemas atuais, que são novos; b) se encontram apoio na tradição oficial da Igreja, por exemplo, nos símbolos ou credos, na liturgia, etc.; c) se são coerentes com a fé do povo cristão, pois a fé também se expressa no *sensus fidelium* por ação do Espírito Santo¹⁵; d) se são coerentes com o conhecimento científico atual, pois uma boa teologia deve ser coerente com o conteúdo de outras fontes de conhecimento (criacionismo e evolucionismo). Isso não significa que todas as afirmações teológicas possam ser demonstradas cientificamente; e) se são relevantes para a vida do povo cristão. Esta última questão não se refere à verdade do conteúdo, mas à eficácia de uma afirmação¹⁶.

2.4 TEOLOGIA MORAL

Toda sociedade mantém sua identidade, sua coerência e sua continuidade com o cultivo de valores e de costumes e a ajuda de regras que constituem sua tradição moral. Isso é necessário para a convivência humana, pois o ser humano é egoísta. Ora, a tradição moral exerce o papel de possibilitar o entendimento mútuo, propondo aos cristãos um modelo de comportamento. A

¹⁴ KASPER, Walter. *Theologie und Kirche*. Mainz: Grünewald, 1987, p. 43-71.

¹⁵ CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium* n. 12.

¹⁶ RAUSCH, Thomas P. (Org.). *Introdução à teologia*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 13-30.

moral cristã é o estudo daquilo que constitui a vida moral, a parte da teologia que reflete, criticamente, sobre a dimensão ética da pessoa, individualmente ou em grupos, à luz da revelação cristã e em coordenação com vários âmbitos do saber humano. A doutrina moral funda-se na Bíblia e na Tradição, mas também recorre à filosofia e, através da história da Igreja, deve muito (às vezes demais) à herança greco-romana. Alguns autores preferem chamá-la de ética e situam-na na teologia sistemática; outros preferem situá-la na teologia prática.

A moral ou a ética cristã abrange dimensões pessoais e sociais. Na prática, a questão central é a seguinte: como o cristão toma as decisões morais, e quais as orientações que a Escritura e a Tradição cristã lhe oferecem, nesse contexto? Entre suas especialidades, cabe citar a ética geral e as éticas aplicadas, como, por exemplo, a bioética. O homem é o centro e o critério de orientação em relação à toda realidade.

A ética social procura aplicar o Evangelho e os ensinamentos sociais da Igreja no campo da justiça social, dos direitos humanos e das relações internacionais. Desde Leão XIII, com a encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja católica formulou uma doutrina social, salientando a dignidade da pessoa humana criada “à imagem de Deus”, a subordinação dos sistemas econômicos ao bem comum, o princípio da subsidiariedade, a prioridade do trabalho sobre o capital, o direito de todos a participar nos bens de uma sociedade e, mais recentemente, insiste na opção evangélica pelos pobres.

Na elaboração sistemática da moral cristã na Idade Média, sobretudo por Tomás de Aquino, realiza-se uma síntese entre “a lei do Espírito” (revelação) e “a lei da natureza” racional do homem. O primado da ação de Deus, na conduta do homem, não exclui a racionalidade e a liberdade do próprio homem. Embora beneficiário da graça de Cristo e de seu Espírito, o cristão deve julgar, pessoalmente, na sua consciência o que convém ou não, moralmente, em seu comportamento. O fato de o homem estar inserido na realidade criada por Deus, resgatada e elevada por Cristo, não o impede de “participar, de maneira autônoma”, da liberdade e da racionalidade de Deus. As proposições morais propõem ao homem algo a realizar, de maneira livre e responsável, pois é capaz de julgar, pessoalmente, o que é bom ou mau em suas ações.

O que é específico da ética cristã não se encontra tanto no plano das normas concretas de agir. Sem dúvida, o Cristianismo reforçou e revalorizou algumas normas, mas essas não representam uma novidade absoluta. Tais, são, por exemplo: o amor ao próximo, a justiça, a veracidade, a honestidade, a fidelidade, etc., que, considerados materialmente, não constituem valores especificamente cristãos, pois, derivados de nossa condição humana, constituem valores universalmente humanos. O específico encontra-se na finalidade da conduta moral. Esta não só aperfeiçoa o homem, mas o introduz na participação da vida divina. Da inserção do homem em Cristo, resulta que o sujeito do comportamento moral sente-se reforçado em suas energias, pela graça e pelas virtudes teológicas da fé, esperança e caridade. A fé cristã revela novos aspectos de nosso agir como, por exemplo, a observância da temperança ou moderação: a pessoa humana é templo do Espírito Santo.

2.5 *TEOLOGIA PASTORAL*

Em princípio, toda a teologia tem, ou deveria ter, uma dimensão pastoral ou prática. Por teologia prática ou pastoral entende-se um conjunto de disciplinas para servir e formar a comunidade cristã, entre as quais podem citar-se a liturgia, o direito canônico, a pregação, o ecumenismo e a espiritualidade. A comunidade é servida através da pregação, do culto, do aconselhamento, da educação religiosa e do serviço. A teologia pastoral não é um manual de receitas prontas, mas é a teologia concebida como a autorrealização da Igreja, em situações históricas concretas. O sujeito da ação pastoral é a Igreja. Depois do Concílio Vaticano II, considerado um concílio pastoral, a teologia pastoral desenvolveu-se significativamente. Quando se substitui o termo teologia pastoral por “teologia prática”, tenta evitar-se uma mentalidade “clericalista” e recuperar a função dos leigos na ação da Igreja.

Na teologia pastoral, a *espiritualidade* designa as diferentes maneiras ou formas de viver a vida cristã. Na tradição da Igreja há diferentes espiritualidades: monástica, franciscana, inaciana, leiga, etc.

A teologia litúrgica trata do culto oficial da Igreja. Estuda a história, a estrutura e os rituais das celebrações litúrgicas e procura fazer com que expressem melhor o sentido da vida cristã em Cristo.

O Concílio Vaticano II recomenda aos docentes e aos estudantes uma sensibilidade dialógica de *dimensão ecumênica*. Na *Unitatis Redintegratio*¹⁷, afirma:

A sagrada teologia e as outras disciplinas, principalmente as históricas, devem ser ensinadas também do ponto de vista ecumênico, de modo que respondam mais exatamente à verdade das coisas. Importa muito que os futuros pastores e sacerdotes estejam instruídos numa teologia perfeitamente elaborada segundo esse espírito, não polemicamente, sobretudo nas questões que incidem sobre as relações entre os irmãos separados e a Igreja católica”.

Desde 1918, a Igreja católica dispõe de um *Código de Direito Canônico*, revisado em 1983, para o rito latino e outro para as igrejas orientais.

Na investigação, ao escolher o método, o teólogo deverá colocar questões isoladas no horizonte mais amplo das doutrinas da fé, em relação ao contexto global da fé cristã, dentro da *hierarquia das verdades*. O Decreto *Unitatis Redintegratio* do Vaticano II adverte os teólogos católicos,

(...) sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem, juntamente com os irmãos separados, os divinos mistérios, devem proceder com amor à verdade, com caridade e humildade. Comparando as doutrinas, lembrem-se que existe uma hierarquia de verdades na doutrina católica, já que o nexos delas, com o fundamento da fé cristã, é diverso¹⁸.

O fundamento da fé é a revelação de Deus. Se, por exemplo, o mandamento do amor ao próximo (cuidar de um enfermo) entrar em conflito com uma norma da Igreja (participar da missa aos domingos), prevalece o primeiro; se a vontade salvífica universal de Deus é verdade revelada em Jesus Cristo, ela prevalece sobre especulações teológicas em torno do limbo, pois

¹⁷ CONCÍLIO VATICANO II. *Unitatis Redintegratio* n. 10.

¹⁸ *Ibid.*, n. 11.

essas carecem de fundamentação na fé. Embora a afirmação da existência do limbo fosse considerada uma doutrina católica comum, desde Agostinho, para as crianças que morrem sem o batismo, tal afirmação nunca correspondeu ao *sensus fidelium*¹⁹.

Além das distinções clássicas de ensino da teologia, por disciplinas especializadas, historicamente existem duas perspectivas de fazer teologia. A primeira é a universitária, dedicada à elaboração sistemática do conteúdo da fé, usando, para isso, um certo número de instrumentos conceituais, de acordo com as exigências críticas da razão moderna, no seu sentido mais universal. Por outro lado, há uma teologia da experiência cristã que busca a interpretação da mensagem cristã, em vista da vida da comunidade crente, para progredir na espiritualidade.

Alguns autores mais recentes distribuem as disciplinas teológicas em três grupos: a) *históricas* (relativas à Revelação e à Igreja); b) *sistemáticas* (sobre Deus, o homem e a própria teologia); c) *práticas* ou também chamadas pastorais.

3 TEÓLOGOS E MAGISTÉRIO

O conceito, atualmente atribuído ao termo *Magistério* na Igreja católica, é recente. No sentido de ofício de ensino, exercido pelo papa e pelos bispos, somente passou a ser usado a partir de 1830, sob Gregório XVI. Sem dúvida, é atribuição do bispo supervisionar a pregação e o ensino, em sua diocese, inclusive dos teólogos, para preservar a fé recebida dos apóstolos, ou seja, “o depósito da fé”. Em circunstâncias bem definidas, os membros do colégio episcopal, unidos com o papa, participam da sua infalibilidade no campo da fé e moral, mas isso não nos protege contra seus possíveis erros no dia a dia da vida. Quem ensina com autoridade não deve confiar tão somente no poder jurídico que possui, pois tem o dever de apresentar a verdade, com argumentos claros e convincentes, de modo que os fiéis possam aderir à ela. O fato de o próprio Cristo escolher a Pedro como primeiro papa, não impediu este errar na hora decisiva, negando-o. Em virtude da função exercida, o bispo tem autoridade de

¹⁹ CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium* n. 12.

falar pela Igreja. O teólogo fala de dentro da Igreja e o limite de sua autoridade coincide com seu conhecimento e sua competência. As funções do teólogo e do bispo são pois, complementares. Quando um despreza as funções do outro, instaura-se a confusão na comunidade. As funções específicas do bispo e do teólogo são diferentes e não devem ser confundidas, mas ambas igualmente necessárias para uma Igreja viva. A função do teólogo é cuidar que a Igreja fale em linguagem atual e lançar luzes sobre novas questões que surgem a cada momento. A teologia tem a tarefa de dizer coisas velhas, de maneira nova, e buscar novas respostas para problemas novos.

Como outras ciências, também a teologia é uma disciplina crítica. Por toda expressão da revelação ser historicamente condicionada (Escritura, credos, dogmas e outros ensinamentos do Magistério), cabe à teologia reinterpretar, de maneira atualizada, a linguagem da Igreja, pois uma tradição não atualizada facilmente degenera em traição.

A função própria do magistério pastoral dos bispos é transmitir a fé apostólica e mantê-la em sua pureza e plenitude. Ao teólogo cabe refletir sobre a fé até situá-la no nível científico de elaboração. É desejável a interação recíproca entre bispos e teólogos. Historicamente, nos tempos modernos, muitas vezes predominou uma tensão e até o conflito prejudicial à missão histórica da Igreja. Quando o Magistério julga novas interpretações da fé, propostas pelos teólogos, deve fazê-lo em nome da fé apostólica, mas nunca em nome de uma teologia particular, considerando o serviço dos teólogos no seu esforço de expressar, hoje, de maneira nova, a fé de sempre.

Por teólogo aqui entendemos uma pessoa qualificada, que possui graus acadêmicos (licenciatura e/ou doutorado) e que se dedica profissionalmente à teologia, que geralmente se dedica ao ensino e/ou à pesquisa. No Oriente, acrescenta-se a ideia de que deve ser alguém que busca a experiência pessoal dos mistérios divinos. São Macário diz que o teólogo deve ser um *theodidaktos* (ensinado por Deus) e São Simão afirma que o Espírito é quem converte um erudito em teólogo.

No ministério dos teólogos, na Igreja, também deve distinguir-se uma função pastoral e outra científica. Eles exercem a primeira, na medida em que

desempenham um papel mediador entre o Magistério e os fiéis. O teólogo confere uma expressão reflexa ao *sensus fidei* dos fiéis condicionados à força dos novos estados da consciência da humanidade. Dessarte prestam um serviço ao Magistério, ajudando-o a perceber melhor as necessidades reais dos cristãos. Cabe-lhes, ainda, a missão de explicar e interpretar o ensinamento oficial da Igreja aos fiéis para que chegue a seu coração. É sua missão e responsabilidade investigar, no sentido estrito, servindo-se dos instrumentos críticos da história, da filosofia e das ciências humanas, e ocupar-se com as novas questões derivadas da situação histórica da Igreja e do mundo. Nesse sentido, pode dizer-se que o teólogo é corresponsável pelo futuro da fé cristã diante da razão humana. Na sua tarefa de discernimento crítico das expressões da fé, e na reinterpretção da mensagem recebida dos apóstolos, cabe o respeito ao senso de fé dos fiéis e do Magistério.

A teologia é tradição, enquanto testemunho de uma Palavra que a precede e sobre a qual homem algum dispõe. Por outro lado, a teologia sempre está orientada para o futuro, pois nenhuma interpretação histórica consegue exaurir a plenitude da Palavra de Deus. Teologia é a tentativa de, na linguagem humana de hoje, dizer algo coerente e significativo a respeito do Deus, o incompreensível e inobjetivável, que se revelou na história e falar do mundo, referindo-o a Ele. O objeto da teologia não é a fé da Igreja, mas a verdade da autorrevelação de Deus que nos é testemunhado através de sua fé. A Palavra de Deus é a norma suprema da reflexão teológica, mas essa palavra é mediada pela Igreja. Ela é mediada, historicamente, na forma do anúncio cultural de Deus e como *fides quaerens intellectum* ou busca de uma compreensão, cada vez mais profunda, da Palavra de Deus testemunhada na Sagrada Escritura. Como “ciência da fé” é produto da atividade racional e da fé com o objetivo de confirmar a consistência da fé, mediante um processo discursivo e argumentativo. Ela tem como critério a fé e o rigor metodológico da ciência, pois realiza-se no exercício da vida de fé da Igreja, ao nível da reflexão crítico-científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCÍLIO VATICANO II. *Gaudium et Spes* (Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje).

_____. *Gravissimum Educationis* (Declaração sobre a educação cristã).

_____. *Optatam Totius* (Decreto sobre a formação sacerdotal).

_____. *Lumen Gentium* (Constituição dogmática sobre a Igreja).

_____. *Dei Verbum* (Constituição dogmática sobre a Palavra de Deus).

_____. *Unitatis Redintegratio* (Decreto sobre o ecumenismo).

KASPER, Walter. *Theologie und Kirche*. Mainz: Grünewald, 1987.

RAUSCH, Thomas P. (Org.). *Introdução à teologia*. São Paulo: Paulus, 2004.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.